

INSTITUIÇÕES SOCIAIS E A POSSÍVEL RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DA AÇÃO COLETIVA: UM ESTUDO DAS ASSOCIAÇÕES TRABALHISTAS DE BELO HORIZONTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS

RESUMO

No decorrer do desenvolvimento da cidade capital mineira tornou-se expressivo o aparecimento de trabalhadores belorizontinos, dentro do espaço urbano, com tendências a se associar, agregando elementos políticos, ideológicos e culturais em sua estruturação, organização e mobilização; bem como é possível perceber as respostas governamentais às questões sociais levantadas por estes operários. Dentro desta ótica, este trabalho propõe refletir, com base na abordagem institucional, sobre as práticas de luta e reivindicações adotadas pela classe trabalhadora belorizontina, no contexto de construção da nova capital mineira (1893-1930), que tinham por intuito conseguir consolidar os direitos trabalhistas ou mesmo lutar por melhores condições de trabalho e vida. Para tanto, foram analisadas as associações classistas Liga Operária (1900), Centro Operário (1903), a Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais (1905), Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais (1907), Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais (1909) e Confederação Católica do Trabalho (1919).

PALAVRAS-CHAVE

Belo Horizonte; associações classistas; reformismo; instituições sociais; trabalhadores.

SOCIAL INSTITUTIONS AND THE POSSIBLE RESOLUTION OF THE PROBLEM OF COLLECTIVE ACTION: A STUDY OF LABOR ASSOCIATIONS OF BELO HORIZONTE IN THE EARLY 20TH CENTURY

ABSTRACT

In the course of development of mining capital city became expressive of belorizontinos workers, within the urban space, with tendencies to join, adding political, ideological and cultural elements in its structuring, organization and mobilization; as well as it is possible to perceive the governmental responses to social issues raised by these workers. Within this perspective, this paper proposes to reflect, on the basis of institutional approach on fighting practices and claims adopted by the belorizontina working class, in the context of construction of the new capital of Minas Gerais (1893-1930), which were intended to consolidate labor rights or even fight for better conditions of work and life. To this end, we analyzed labor workers' League associations (1900), Worker Center (1903), the Confederation Auxiliadora do Estado de Minas Gerais (1905), Confederate Center of Minas Gerais State (1907), Federation of labor of the State of Minas Gerais (1909) and Catholic Confederation of labour (1919).

KEYWORDS

Belo Horizonte; labor associations; reformism; social institutions; workers.

SOBRE A AUTORA

DANIELA OLIVEIRA RAMOS DOS PASSOS

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2011). Graduação (licenciatura plena em História) pela Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo (2006). Tem experiência docente (ensino básico e tutoria à distância) e de pesquisa nas áreas de História e Sociologia. Atua principalmente nos seguintes temas de pesquisa: Movimentos sociais, Classe trabalhadora, Teoria institucional de abordagem sociológica, Sociologia histórica e Teoria Sociológica.

SUBMETIDO EM

Novembro de 2015.

APROVADO EM

Agosto de 2015.

Guiados pelas possibilidades de mudança social e melhores condições de trabalho, os operários belorizontinos, do início do século XX, se nutriram de esperanças para lutar pela consolidação de seus interesses. Tendo à frente as associações classistas, das quais eram filiados, os trabalhadores se lançaram rumo a um projeto de mudança e seguiram em busca da materialização dos seus ideais.

Dentro desta ótica, este trabalho propõe refletir, com base na abordagem institucional, sobre as práticas de luta e reivindicações adotadas pela classe trabalhadora belorizontina, no contexto de construção da nova capital mineira (1893-1930), que tinham por intuito conseguir consolidar os direitos trabalhistas ou mesmo lutar por melhores condições de trabalho e vida.

Para esse propósito adotaremos o conceito de instituição, elaborado por Elster (1994: 174) que a define como “um mecanismo de imposição de regras, que governam o comportamento de um grupo bem definido de pessoas, com sanções externas e formais”. As instituições, que nos interessam para esta pesquisa, são as de caráter privado¹, cujas sanções se baseiam na expulsão de algum membro do grupo; e sua adesão é oferecida por meio de benefícios que variam da ajuda mútua (no que se refere às pensões e seguros favoráveis) e a valorização da classe trabalhadora, ao serem adeptas das reivindicações em busca de melhores condições de trabalho.

E mesmo com o conceito de instituição proposto por Douglass North (1991), onde as instituições, ao se constituírem em mecanismos de ação coletiva, teriam como fim dar “ordem” ao conflito e aumentar a eficiência. Ou seja, para se chegar à eficiência não basta apenas uma harmonia de interesses, mas também o papel relevante das instituições, onde as mesmas poderiam colocar ordem ao conflito, levando a um conjunto de normas funcionais da ação coletiva. Sob este prisma, a definição de instituição de North seria:

Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction. They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. Together with the standard constraints of economics they define the choice set and therefore deter-

¹ De acordo com Elster (1994: 174) as instituições podem ser privadas ou públicas, dependendo da natureza das sanções. As instituições privadas incluem empresas, sindicatos, organizações religiosas e universidades. A principal sanção está relacionada a expulsão do grupo. Já as instituições públicas incluem o Congresso, a Comissão de Seguridade e Intercâmbio, a Suprema Corte e os diversos Conselhos públicos. Suas sanções, apoiadas pelo sistema de aplicação de leis, incluem subsídios, taxas, multas e prisão. As regras que vigoram incluem leis, decisões judiciais, decretos administrativos e ordens executivas.

mine transaction and production costs and hence the profitability and feasibility of engaging in economic activity. They evolve incrementally, connecting the past with the present and the future; history in consequence is largely a story of institutional evolution in which the historical performance of economies can only be understood as a part of a sequential story. Institutions provide the incentive structure of an economy; as that structure evolves, it shapes the direction of economic change towards growth, stagnation, or decline (North 1991:97).

A finalidade de pensar as associações trabalhistas de Belo Horizonte, formadas no início do século XX, como organizações institucionais, teve por objetivo analisar o problema da ação coletiva e sua possível resolução: como as associações trabalhistas conseguiram agir em prol dos interesses de um determinado grupo? Para ilustrar esta questão analisamos as ações das entidades: *Associação Beneficente Tipográfica, Liga Operária, Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais, Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais, Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais e Confederação Católica do Trabalho*.

As associações trabalhistas se caracterizavam como entidades que formavam um misto de reformismo e mutualismo, contrapondo-se às ações ditas revolucionárias. De acordo com Batalha (2000) objetivamente, o termo revolucionário designa o movimento operário com metas políticas de transformação radical da sociedade. O termo reformista, refere-se ao movimento operário que buscava mudar aspectos sociais definidos, sem romper com ordem social e econômica, e que visava conquistar melhoramentos para os trabalhadores. Quanto ao mutualismo, este se caracterizou pela solidariedade exercida entre os membros das associações fundadas para este fim, através de auxílios para os sócios em caso de doenças, incapacitação para o trabalho, desemprego, funeral, etc. bem como para zelar pelos interesses da classe.

Estas associações, entidades e centros classistas procuravam desempenhar uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem direitos trabalhistas, desenvolviam práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Também tinham por meta, a instrução dos proletários através da criação de escolas operárias, ou mesmo por meio de palestras e conferências. Apoiavam, ainda, a ideia da criação de um partido operário mineiro que pudesse lançar a candidatura, se possível em todas as esferas públicas, de pessoas adeptas as causas trabalhistas a fim de influir diretamente na administração do Estado, com vistas a alcançar as reformas necessárias para efetivação dos direitos operários.

No que se refere à metodologia, o trabalho baseou-se na análise qualitativa de fontes primárias e complementares e de uma pesquisa bibliográfica de suporte à leitura. Quanto ao estudo das fontes primárias, analisamos os periódicos produzidos

pelas associações classistas. Sendo eles: O Operário (Liga Operária – 1900), O Labor (Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais – 1905), O Confederal (Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais – 1907) e O Operário (Confederação Católica do Trabalho -1919/1920). Todos pertencentes à documentação da Coleção Linhares, disponível na Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo possível encontrar alguns números disponíveis também na Hemeroteca do Estado de Minas Gerais.

Outros documentos também foram estudados, visando complementar este trabalho, sendo eles: os estatutos das associações, disponíveis no periódico Minas Gerais (órgão da Imprensa Oficial do Estado) guardados no acervo de revitalização e vendas da Imprensa Oficial; revista comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica de Belo Horizonte, arquivada no Museu histórico Abílio Barreto (MhAB), como parte da coleção associações (1898 – 1946) do inventário geral do arquivo privado do Abílio Barreto; uma representação encaminhada à Câmara dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, pertencente a documentação relacionada ao dossiê da família Donati, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM); e por fim os Anais do Conselho Deliberativo da capital, documentos estes produzidos pelo poder público da cidade de Belo Horizonte, disponíveis no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

Nesta pesquisa a fonte nuclear foi, de fato, os periódicos das associações especificadas neste trabalho. Logo, é importante destacar o papel da imprensa operária, que neste período, buscava no jornalismo escrito, um meio de agregar interesses, difundir ideais e defender perspectivas próprias da classe. Desta forma os jornais das associações constituíram-se em instrumentos essenciais de politização e arregimentação da classe, sendo importantes para se pensar, a partir de uma análise teórico-metodológica, os discursos e práticas adotados pelos operários e acima de tudo, pelas associações classistas em questão.

Assim, um estudo do clássico *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte* (1995), de Joaquim Nabuco Linhares, se fez necessário, pois a obra nos possibilitou identificar as lideranças classistas e os responsáveis pela editoração dos periódicos, além de trazer outras informações pertinentes, como a natureza, o formato, a propriedade, a periodicidade e o tempo de duração das folhas.

A partir da análise deste núcleo de pensamento, constata-se que as instituições podem deixar todos em situação melhor, ao tentar resolver o problema da ação coletiva. Neste sentido, as associações trabalhistas, tidas enquanto organizações institucionais, puderam oferecer benefícios especiais aos seus membros, ao mesmo tempo em que proporcionaram aos trabalhadores a interação com seus semelhantes, alertando para a união classista em busca de melhores condições de trabalho e vida.

A classe trabalhadora, de meados do século XIX e início do século XX, foi incorporada ao processo político por uma forte e intensa solidariedade de classe, trazida em consciência revolucionária por suas organizações. Mesmo havendo diferenciações na forma de luta, variando de país para país, podemos dizer que verificou-se um padrão relativamente homogêneo em busca da consolidação dos interesses da classe trabalhadora, concretizado no papel exercido pelos partidos e pelos sindicatos. “Ao partido, cabia à solidariedade de classe em termos ideológicos e ao segundo representar seus interesses imediatos frente ao capital”. Desta forma, a entrada da classe trabalhadora na arena política, trouxe consigo uma tradição política ideológica articulada em torno de seus próprios interesses (Prates 1986: 01).

A formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte data, desde o início da fundação da cidade, quando se fez necessário a contratação de operários para trabalhar nas diversas áreas da construção civil e nas atividades comerciais e industriais da nova capital mineira. Os trabalhadores passaram a se reunir e organizar-se politicamente no intuito de conquistar principalmente condições mais dignas de trabalho. Esta formação teve características diversas, mas com interesses comuns de luta e reivindicações, onde procuravam criar centros para defesa de seus interesses.

As primeiras associações classistas que se têm registros possuíam características de sociedades mutualistas, cujos objetivos eram a arrecadação mensal financeira a fim de custear auxílios para os sócios em caso de doença, invalidez, desemprego, funeral, etc. Nas sociedades de socorro mútuos os trabalhadores encontrariam o meio para exercer a “solidariedade” entre seus membros, ou mesmo, poderiam ajudar os trabalhadores a adquirir a capacidade de organização, “civilizando” as classes operárias (Batalha 2010: 21).

Além da ajuda mútua entre os seus sócios, as sociedades de socorro mútuos também poderiam cumprir funções sindicais, ao reivindicar melhores condições de trabalho incluindo salários dignos. Portanto poderiam conviver em um mesmo contexto sociedades ditas sindicalistas e mutualistas, sendo “fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre elas” (Batalha 2010: 16-17). Onde, poderiam se unir em prol de uma coletividade, formando redes que pudessem levar a superação dos entraves de grupos, na tentativa de resolver o problema da ação coletiva.

Uma das mais importantes associações classistas surgidas na cidade de Belo Horizonte, no início do século XX, e que possuía características de uma sociedade mutualista, foi a Associação Beneficente Tipográfica, fundada no ano de 1900. A

entidade era formada exclusivamente por tipógrafos e empregados da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais e tinha como principal característica o mútuo socorro, ou seja, zelava pela ajuda mútua, instrução, recreação e educação moral de seus sócios e não tinha partido político, religioso e filosófico específico.

O início da história da Associação Beneficente Tipográfica se deu através de um apelo, feito em forma de crônica, em um dos grandes jornais que circulavam na capital neste período, o *Jornal do Povo*. Os operários que trabalhavam nas oficinas tipográficas de Belo Horizonte, no início dos anos de 1900, eram em sua maioria (neste período não passavam de 100 homens) paupérrimos, mal remunerados e mal instalados, em pequenas casas situadas na zona suburbana da cidade². Quando alguns deles adoeciam ou chegavam ao óbito, era com a ajuda de colegas (quando havia este tipo de auxílio) que conseguiam pagar as despesas com o tratamento médico ou o funeral.

Azevedo Júnior, cronista do *Jornal do Povo* (na época, a folha fazia parte dos três grandes jornais que circulavam na cidade, junto com o *Minas Gerais* – órgão do governo – e o *Diário de Minas*) em um de seus textos, relatou a precária situação dos trabalhadores, na coluna intitulada *Bohemios*³. O noticiário procurou mostrar aos gráficos a situação de precariedade da classe. A partir da reportagem, alguns líderes, se movimentaram e em abril de 1900, resolveram fundar a Associação Beneficente Tipográfica. Em maio do mesmo ano, com a devida autorização do chefe de polícia da época, os tipógrafos conseguiram aprovar o estatuto da associação, que tinha como principais fins:

1º auxiliar pecuniariamente ao sócio que se enfermar gravemente e ficar impossibilitado de trabalhar; 2º concorrer com auxílios para o enterramento de qualquer sócio efetivo que falecer; 3º trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, pela solidariedade entre seus membros e também pelos seus interesses.⁴

2 Característica de uma cidade que se desejava moderna, Belo Horizonte não fugiu ao paradigma de ser um local de segmentação. De acordo com o estilo funcional e progressista de urbanismo que se iniciou na segunda metade do século XIX, a nova Capital de Minas Gerais também possuía espaços classificados e ordenados de acordo com as funções e necessidades sociais. Tal fato é percebido no projeto/planta do engenheiro Aarão Reis, que dividiu Belo Horizonte em três zonas: A zona urbana que constituía o espaço moderno e ordenado reservado para as elites mineiras. Possuía avenidas largas, retas, geométricas, infra-estrutura sanitária e técnica, área que deveria ser espelho das cidades mais modernas do mundo; a zona suburbana, fora dos limites da Avenida do Contorno que funcionava como uma fronteira que separava a vida urbana da suburbana, onde as moradias eram sofríveis e os serviços precários; e, por fim, a zona rural, um cinturão verde, onde se localizariam os núcleos coloniais que abasteceriam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção (Oliveira 2004: 34-35).

3 MhAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Livro Gráfico Mineiro: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) - Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

4 *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

É importante destacar que desde meados do século XIX, todo grupo de indivíduos que desejasse fundar uma associação para defender seus interesses era obrigado a pedir autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendesse instalar sua sede. O chefe de polícia, delegado ou subdelegado, responsáveis pela questão, tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Somente depois de autorizado os estatutos das associações, é que as entidades poderiam ser criadas. Quando aprovado, o documento era impresso em uma tipografia, no formato de um livreto. Algumas entidades também pagavam para que o estatuto fosse publicado nos principais jornais da cidade, como forma de obter a adesão de novos sócios (Jesus 2009: 93). No caso de Belo Horizonte, os estatutos eram publicados no jornal *Minas Gerais*.

De acordo com o estatuto da Associação Beneficente Tipográfica, era oferecido aos seus membros pensão mensal ao sócio enfermo, e auxílio funeral, além de empréstimos, em dinheiro, ao associado que tivesse algum membro familiar doente.⁵ O objetivo principal da Associação Beneficente Tipográfica, assim como a maioria das mutuais do país, era oferecer aos seus sócios proteção, no que tange aos mecanismos que hoje conhecemos como previdência pública, já que no período em questão havia uma ausência deste tipo de auxílio.

A Associação Beneficente Tipográfica, foi uma entidade que constituiu-se em torno de uma categoria profissional que possuía certo nível de coesão e de interesses materiais próprios. Tinha como característica principal o mutualismo, mas atuava, também, por vezes, como uma sociedade que admitia práticas políticas sindicais. Procurava agregar e compartilhar identidades e interesses, reforçando “laços de solidariedade” entre seus membros, além de construir espaços de sociabilidade e lazer para seus integrantes e acima de tudo, buscava construir uma identidade coletiva baseada na valorização do ofício (Jesus e Viscardi 2007: 24).

Analisando o caso da Associação Beneficente Tipográfica podemos aludir que os mecanismos de proteção social reforçavam os traços comuns do mutualismo. A ideia de proteção, em situações de enfermidades e moléstias que impossibilitassem os sócios de trabalhar, além do custeio de funerais, remédios e de ajuda nos casos em que os associados estivessem presos, fazia parte do cotidiano das associações (Jesus e Lacerda 2010: 133).

Encontraremos também, especificamente nesta entidade, mais do que uma dimensão mutualista/previdenciária. Para além dos interesses materiais da organização, havia valores culturais que moldavam a formação de identidades sociais, e formas de organização dos trabalhadores cujos aspectos transcendem o mutualismo e que estão presentes nas ações sociais e políticas das associações

5 *Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

(Batalha 2010: 13). Os membros das associações trabalhistas (em especial a Associação Beneficente Tipográfica) procuravam se associar nos centros com características mutuais, a fim de fugir das mazelas que a velhice poderia vir a proporcionar e da pobreza, buscando nas associações proteções assistenciais, até então inexistentes. Mas também, procuravam se reunir no intuito de zelar por salários e condições de trabalho dignos e empreender ações para alcançar suas reivindicações.

Ao compartilhar normas e padrões de comportamentos, as associações trabalhistas, fundadas em Belo Horizonte no início do século XX, destaque aqui para a Associação Beneficente Tipográfica, puderam desenvolver formas de capital social⁶, com o qual pôde ser pensada a construção de arranjos institucionais para a resolução de problemas relacionados aos interesses comuns, neste caso, a busca por melhores condições de trabalho e vida para os operários belorizontinos. À medida que as associações trabalhistas da cidade de Belo Horizonte criaram expectativas de confiança mútua, geradas a partir da capacidade de criar suas próprias regras e estabelecer o modo de vigilância e sanção das regras, acabaram por constituir um fator chave de ajuda aos indivíduos (neste caso os trabalhadores) a resolver o problema da ação coletiva (Ostrom e Ahn 2003: 165).

De acordo com Prates (1986), a existência de um sentimento de pertencimento a uma comunidade, partilhado por trabalhadores, definido como identidade própria, existe juntamente com a orientação instrumental que conduz as atividades sociais e políticas no ambiente de trabalho e fora dele.

Este ‘coletivismo instrumental’ não decorre primeiramente de mudanças ocorridas na estrutura ocupacional, mas de dimensões sociais e culturais mais amplas da história de vida do trabalhador, definindo o seu mapa interpretativo (Prates 1986: 04).

Tal fato reforça o compromisso com organizações sindicais e mutuais, vistas como instrumentos de realização de interesses imediatos de nível individual ou de classe. Vale também ressaltar que a estrutura ocupacional pode ser tida como elemento-chave da formação de uma ‘consciência de classe’, onde o sindicato e as sociedades mutuais, constituiria, pela sua posição estratégica, o canal ‘natural’ de sua expressão” (Prates 1986: 05).

Em se tratando do contexto entre os anos de 1890 a 1930 observa-se o aumento na formação das organizações de caráter trabalhista, refletindo a mobilização inicial da classe trabalhadora como meio de empreender ação coletiva através de

6 De acordo com Ostrom e Ahn (2003: 159) capital social pode se toda a forma compartilhada de saberes comuns e regras de uso, podendo ser um meio para resolver o problema da ação coletiva.

greves e das associações. Tal fato permitiu às elites trabalhadoras mobilizar bases de suporte, através dos quais construíram suas organizações e comprometeram esses recursos organizacionais em uma luta política, no intuito de serem aceitos na *polity*, afim de não terem que se utilizar somente do recurso grevista como meio de pressionar por demandas. Isto refletiu na centralização e na burocratização das organizações de interesses dos trabalhadores o que fez aumentar sua capacidade de mobilização e luta política no âmbito institucional nas sociedades industriais (Prates 1986: 10).

Seguindo a mesma linha de luta, proposta pela Associação Beneficente Tipográfica, podemos citar a Liga Operária. Fundada em 15 de julho de 1900, durante uma reunião composta de 700 operários, presidida pelo italiano Donato Donati⁷ e sediada no teatro Soucassaux⁸, a Liga Operária, tinha por objetivo lutar, reivindicar e propor melhores condições de trabalho para os proletários residentes na cidade capital. Dentre a pauta da sessão estava a de organizar os trabalhadores a fim de motivá-los a defender, através de ações legalistas, os direitos e interesses dos operários. As propostas se resumiam em:

(...) formular, apresentando a quem de direito, um projeto de lei que obrigue os construtores e empreiteiros de obras a apresentarem fiança suficiente para cobrir e indenizar os compromissos por eles assumidos, sob o penhor de procurador idôneo; reclamar continuamente, até conseguir de vez, a extinção de VALES⁹, regularizando-se os pagamentos dos trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou pelo menos, por mês; defender os direitos e interesses da classe trabalhadora e lutar energicamente pela adoção das leis favoráveis aos operários, a exemplo das nações mais cultas, e pelo fiel cumprimento das que já existem prevenindo e protegendo o trabalhador; da publicidade aos justos reclamos dos trabalhadores e servir de mediador, quando possível entre os mesmos e os patrões (...).¹⁰

Durante a reunião também ficou deliberado à criação e publicação quinzenal do periódico denominado *O Operário*, sendo a folha considerada o órgão oficial da Liga Operária.

7 Donato Donati foi um jornalista italiano nascido na cidade de Florença (Toscana) no ano de 1866, imigrando para o Brasil em 1890. Primeiramente se estabeleceu na cidade de São Paulo, onde fundou o jornal anarquista *Avanti!*. Em Belo Horizonte, Donato Donati também propôs, ao fundar a Liga Operária, criar uma folha que fosse a porta voz oficial da associação, sendo este o primeiro momento que se exporia a ideia de criar e publicar quinzenalmente um jornal de cunho operário.

8 *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 16/07/1900.

9 Os vales funcionavam como uma espécie de tickets, que o operário trocava em algum comércio, com o intuito de abastecer sua residência de produtos alimentícios em geral.

10 *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 16/07/1900.

Cabe ressaltar que a imprensa operária, atuante nas primeiras décadas do século XX, fazia parte do cotidiano das associações, ligas, sindicatos ou uniões trabalhistas que fossem fundadas. Os jornais tinham por meta expor os problemas das classes operárias e publicar as reivindicações trabalhistas por melhores condições de labuta. Mesmo não sendo produzidas especificamente por operários, as folhas visavam a este público. Os periódicos estavam quase sempre ligados a alguma organização trabalhista e procuravam informar, conscientizar e mobilizar o seu leitor que de alguma forma tinha interesses comuns e participava da mesma associação.

O jornal começou a circular no mês de Julho (29/07/1900), e era dirigido e redigido por Donato Donati e pelos advogados Francisco Diogo de Vasconcelos e Marcelo Rios. O primeiro número trouxe explícito o projeto de estatutos da Liga que tinha como principais fins:

(...) a) unir e organizar os elementos e as energias do operariado; b) manter um jornal de propaganda, ou conseguir publicidade para suas ideias, em algum jornal existente; c) fundar, quanto for possível, uma biblioteca própria para operários e respondente aos fins da Liga Operária; d) organizar conferencias sobre argumentos econômicos e sociais; e) *defender, por todos os meios legais os direitos e interesses das classes operárias*; f) *propor as autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avantajar os trabalhadores*; g) *tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos aderentes aos fins da Liga Operária.*¹¹

Através destes pontos podemos perceber como a Liga Operária buscou estruturar-se, baseando, acima de tudo, em noções reformistas e buscando melhores condições de trabalho através das medidas legais, ao procurar tomar partido em eleições e sustentar candidatos que fossem solícitos com as classes trabalhadoras. O principal intuito da Liga era conseguir a regularidade dos pagamentos salariais. Na cidade capital era comum o atraso do pagamento e quando este “ficava na ordem do dia” era feito em forma de vales.

Os líderes da Liga Operária, principalmente Donato Donati, não concordavam com o pagamento em forma de vales. Segundo a associação para que os salários fossem regularizados e pagos em moeda corrente, era necessário que os trabalhadores buscassem na justiça esta regularidade e para tal a mesma deveria ser eficaz e, sobretudo, gratuita.

A Liga Operária, por meio da sua comissão executiva, tem estudado naturalmente a questão da vida operária e tem chegado a convicção absoluta de que o

¹¹ *O Operário*, Belo Horizonte, 29/07/1900 (grifo nosso).

remédio mais eficaz consiste numa lei que faculte aos operários os meios de obter justiça pronta e gratuita. (...)Todas as nações cultas têm hoje uma legislação que garante justiça aos operários, e o Estado de Minas, que certamente faz parte dos povos cultos, não pode ficar atrás¹²

Seguindo os ideais reformistas, a Liga Operária encaminhou uma petição ao governo estadual solicitando medidas e soluções para a questão salarial dos trabalhadores belorizontinos. O documento referia-se as formas de pagamento, requerendo principalmente a extinção dos vales, o pagamento salarial regular – pelo menos uma vez ao mês – e a justiça gratuita e eficaz para os operários que se sentissem lesados no que se refere a questão salarial¹³.

No ano de 1909, Donato Donati também fundou, na capital mineira, a entidade classista denominada Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais. Com princípios semelhantes ao da Liga Operária a Federação também procurava agir de forma legalista, recorrendo quase sempre ao governo a fim de conquistar melhorias para a vida do operariado belorizontino.

Prova disto esta no documento encaminhado ao poder público estadual especificamente, à Câmara dos Deputados Estaduais, no ano de 1918, sugerindo alguns pontos ditos “essenciais” para que fosse definida uma legislação trabalhista. Entre os tópicos destacaram-se:

(...) 1º Dia de trabalho normal de 8 horas. Descanso semanal de 36 horas consecutivos. Para todos os trabalhadores, operários e empregados, sem exceção, da indústria, da agricultura e do comercio. Liberdade ampla para os patrões de terem abertos os seus estabelecimentos todo o tempo que quiserem com tal que nenhum dos seus dependentes trabalhe mais de 8 horas. 2º Fixação, pelo menos semestral, dos salários mínimos, feita por comissões mista de operários e patrões, de acordo com o custo local da vida e consultadas as condições da indústria. (...) 6º Igualdade de salários, serão igual a produção para os homens e para as mulheres. Proibição do trabalho noturno às mulheres. Proibição do trabalho dos menores de 14 anos, salvo em casos especiais e com o consentimento das comissões mistas já lembradas. 7º Pensões suficientes aos velhos e aos inválidos. Indenização razoável às vítimas dos infortúnios no trabalho ou em relação com o trabalho. 8º Garantia dos meios de vida e completo tratamento medico e farmacêutico aos operários doentes e às suas famílias, até o pleno restabelecimento. (...).¹⁴

12 *O Operário*, Belo Horizonte, 19/08/1900.

13 *O Operário*, Belo Horizonte, 19/08/1900.

14 APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918.

De acordo com a Federação, era necessário tomar providências legislativas que fossem capazes de melhorar consideravelmente as condições do proletariado em geral, pois somente com garantias legais os trabalhadores poderiam ter uma vida tranquila e serem pacientes e calmos, sabendo aguardar pacificamente pela “evolução da sociedade”

(...) é indispensável adaptar desde já providencias legislativas audazes, capazes de melhorar consideravelmente as condições do proletariado e dar-lhe assim a tranquilidade da existência e a calma suficiente para aguardar, sem bruscas impaciências, a realização de ideais mais altos pela evolução lenta e pacífica da sociedade humana.¹⁵

A princípio, tendo por base as ações empreendidas pela Liga Operária e pela Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais, podemos concluir que quando algum órgão público era questionado pelos trabalhadores belorizontinos (ou suas lideranças) era feito na forma de assembleias, petições governamentais ou mesmo por noticiários de imprensa. Deduzimos que as reivindicações se davam de forma legalista, recorrendo, quase sempre, ao Estado em busca de medidas que os beneficiassem.

A esse respeito, de acordo com Prates (1986: 11) as organizações trabalhistas, colocadas na arena institucional-corporativa, seriam vistas como um reflexo da capacidade das bases trabalhadoras para utilizar eficientemente suas organizações como instrumentos políticos na busca de seus interesses gerais na sociedade. A organização social, tendo como base a confiança, normas e redes, pode melhorar a eficiência de uma sociedade e facilitar a ação coordenada.

Em face dessa contingência, outra entidade, fundada na capital, como o intuito de unir os trabalhadores belorizontinos em prol dos ideais de luta e reivindicações em busca de melhores condições de vida e trabalho foi a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. A reunião de fundação ocorreu na casa de um dos sócios, Joaquim Magalhães, em 12 de março de 1905, ao qual compareceram outros dez fundadores. A ideia de criar a entidade partiu do também fundador José Maria Pereira. O objetivo era instituir uma sociedade operária para “socorrer” os trabalhadores. O primeiro presidente da Confederação foi José Modestino Leão¹⁶.

De acordo com Abílio Barreto, a Confederação iniciou suas atividades com um capital de cinco mil contos de réis. O dinheiro foi obtido através de subscrições

15 APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918.

16 MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d’ El Rey: 12/12/1964.

de 250 ações de vinte mil réis cada. O capital foi utilizado na compra de uma tipografia, onde era editado o jornal *O Labor*, o periódico da Confederação. O então governador Wenceslau Braz e o secretário do interior, Delfim Moreira, contribuíram para a construção da sede da Confederação. Ambos autorizaram a construção, por conta do Estado de várias dependências da sede, entre elas, a sede própria (um prédio de três andares) situada à Rua Tupinambás 933, na área urbana da capital¹⁷.

A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais foi uma associação extremamente diversificada em sua motivação, clientela e objetivos. Sua finalidade era agregar todo e qualquer operário. Seus princípios eram a filantropia, a sociabilidade e a instrução, e dentre seus objetivos constava os de cuidar dos enterros dos associados e dispor de fundos financeiros para criar pensões aos órfãos e uma comissão de beneficência.

No que se refere à instrução dos operários, a Confederação Auxiliadora teve um importante papel. A associação foi à primeira entidade classista da capital a criar uma escola primária pública para os trabalhadores e seus filhos, no ano de 1910 (Nogueira 2009). E em 1917 foi à primeira associação a criar uma escola com cursos noturnos exclusivos para operários, como noticiado no jornal *Minas Gerais*:

Fica deste já, aberta a matrícula para os operários adultos e menores que quiserem frequentar a escola primária pública desta confederação que funcionará no edifício próprio, sito à Rua Tupinambás em frente ao 2º grupo escolar. Os pretendentes deverão procurar o abaixo assinado encarregado do serviço de matrícula que se encerrará no dia 31 do corrente, em sua residência, à Praça da Estação nº 150¹⁸.

Os cursos tinham duração de quatro anos; contavam com subsídios do governo para mantê-los regulares. O espaço escolar era destinado exclusivamente à instrução, sendo proibido qualquer tipo de palestra com fins reivindicatórios, ficando as lutas trabalhistas apenas para as assembleias que ocorriam na sede da Confederação (Nogueira 2009).

Sobre esse assunto E.P. Thompson afirma que, se os operários conseguissem obter instrução escolar poderiam ver suas próprias vidas “como parte de uma história geral”. Através do saber escolar, os trabalhadores poderiam formar um quadro político de organização dentro da sociedade em que viviam e poderiam tentar amadurecer uma consciência de classe e provavelmente estariam cada vez mais cientes do seu papel em lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho (Thompson 1989: 304).

17 MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d’ El Rey: 12/12/1964.

18 *Minas Gerais*, Belo Horizonte: 15/10/1910.

Sob ótica semelhante Ostrom e Ahn (2003: 159), citando Hanifan (1920: 80-90) salientam que a criação de capital social, baseado na boa vontade, companheirismo, empatia e relações sociais entre os indivíduos e famílias que compõem uma unidade social podem, na maioria dos casos, estarem relacionados às escolas. Tal fato sinaliza que as instituições escolares podem não só melhorar a qualidade de vida nas comunidades (neste caso, associações trabalhistas), mas que também podem treinar estudantes para lidarem, mais tarde na vida, com situações de natureza pública.

A respeito das falas apresentadas, verifica-se que os líderes da Confederação Auxiliadora acreditavam que o que poderia dar força moral aos trabalhadores seria a instrução, pois através do saber escolar, os filhos de operários não empunhariam a “gazua” e a “dinamite” nas grandes mineradoras. Através do saber escolar os trabalhadores poderiam se “salvar na arca santa das letras”, tendo instrução suficiente para cobrar “amparo legal do Estado” e garantias de um futuro digno para eles e seus familiares.¹⁹

O jornal que representava a associação era o periódico, *O Labor*, que teve o primeiro número publicado em junho de 1905. A direção da redação era de responsabilidade de José Modestino Leão (um dos sócios fundadores). A folha teve um total de 12 números publicados, o último jornal datando de 31 de março de 1906. Em cada número, a redação dizia-se sujeita a apreciação de qualquer artigo, de qualquer pessoa, sendo das classes operárias ou não, desde que os textos fossem em prol dos trabalhadores²⁰.

Na edição de 18 de junho de 1906, a Confederação publicou um artigo no qual alegava ser favorável a “tutela”, por parte do Estado, para com os trabalhadores belorizontinos. Considerava que as classes operárias não tinham a possibilidade de se “auto gerirem” sem a presença do Estado para “instruí-las”:

Não há quem não perceba que as constituições, por mais liberais que sejam, não dão remédio ao mal estar, ao descontentamento que reina entre as classes operárias, vexadas pelas amarguras do presente e pelas apreensões do futuro. Mas o que as constituições não podem fazer, realizará ate certo ponto o Estado, cuidando de tornar seguros e respeitados os direitos de todos, distribuindo prodigamente a instrução e favorecendo a atividade dos cidadãos, desconhecidos os privilégios que corrompem e estragam o organismo social. (...) ²¹

19 *O Labor*, Belo Horizonte: 02/08/1905.

20 *O Labor*, Belo Horizonte: 11/02/1905.

21 *O Labor*, Belo Horizonte: 18/07/1905.

O jornal também foi enfático, em várias folhas²², ao relatar a necessidade de união dos operários, a fim de conquistarem melhores condições de trabalho. Pregavam a adesão dos trabalhadores via associações ou centros confederativos, alegando que somente assim os operários conseguiriam alcançar seus direitos; para a Confederação se “os operários estivessem todos unidos pelo vínculo sacrossanto da associação, teriam galgado o ponto culminante da vida”²³, podendo então ter condições de trabalho dignas.

E, segundo os líderes da Confederação, esta união não precisava ser conflitante e provocadora, ou seja, a entidade dizia aceitar “todo o tipo de operário que estivesse prestes a se alistar nas fileiras de luta” por melhores condições, porém era clara que concordava com protestos apenas pacíficos, visando à paz e procurando os meios legais de fazer valer os direitos da classe.²⁴

A Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais continuou atuando até meados da década de 1920, em prol dos trabalhadores junto ao poder público da época. Cabe ressaltar que a intervenção do governo na construção e no planejamento da cidade de Belo Horizonte, foi fundamental para influenciar a formação da ideologia reformista da classe trabalhista belorizontina.

Em se tratando das associações trabalhistas, abordadas neste artigo, identificando-as enquanto organizações institucionais, de acordo com Elster (1994: 177), elas poderiam afetar o comportamento alterando o contexto das negociações para os indivíduos. Os resultados das negociações seriam, neste caso, determinado pelo conjunto de acordos exequíveis e pelo resultado da discordância, onde as partes teriam um incentivo para agir estrategicamente sobre os elementos da situação. Partes externas, tais como o Estado, neste caso, também poderiam querer modificar a situação, em favor da eficiência. No caso belorizontino, a eficiência estaria em manter a ordem e a disciplina, tão preconizada pelo governo da época, quanto da construção da nova capital mineira.

No que tange a Confederação Auxiliadora dos Operários, de acordo com Maria Auxiliadora Faria e Ione Grossi (1982: 189), a entidade, cuidaria de conseguir a harmonia do “corpo social” da cidade de Belo Horizonte, isto a partir de uma visão positivista e influenciada pela perspectiva racional do modelo de cidade “disciplinada”, com conceitos, condutas e traçados que se expusessem tudo e ensinassem como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser (ideais pregados pela Comissão Construtora da cidade de Belo Horizonte), ao desempenhar

22 *O Labor*, Belo Horizonte: 07/07/1905; 18/07/1905; 09/11/1905.

23 *O Labor*, Belo Horizonte: 07/07/1905.

24 *O Labor*, Belo Horizonte: 31/03/1906.

uma relação amistosa com o poder público. Atuando através dos meios legais a fim de consolidarem diretos trabalhistas, a Confederação (assim como as outras associações trabalhistas) desenvolveram práticas voltadas para a elaboração e o envio de petições ao Congresso ou mesmo através dos apelos e reclamações publicados nos jornais operários da época. Também tinham por meta, a instrução dos proletários através da criação de escolas operárias, ou mesmo por meio de palestras e conferências.

Diante desse cenário, no ano de 1907, outra associação surgia na cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de unificar e organizar os operários mineiros: o Centro Confederativo dos Operários de Minas Gerais. A criação do Centro aconteceu durante o 1º Congresso Operário Mineiro, na cidade de Sabará, e tinha como proposta o apoio à representação política, em todas as esferas públicas, de pessoas adeptas as causas trabalhistas, a fim de influir diretamente na administração do Estado, com vistas a alcançar as reformas necessárias para efetivação dos direitos operários.

É importante destacar que no ano anterior (1906), a cidade do Rio de Janeiro havia sediado o 1º Congresso Operário do país, sendo o encontro um acontecimento significativo no que se refere à ascensão do ideário anarquista entre os meio trabalhistas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro²⁵. Em Minas Gerais, aconteceu o contrário. Os operários se reuniram, durante cinco dias (02/04 a 06/04) no ano de 1907, na cidade de Sabará, para a realização de um congresso que tinha como objetivo difundir os ideais reformistas.

O Congresso teve como principal proposta a criação do Partido Operário Mineiro Independente, com a finalidade de tentar eleger representantes nas assembleias parlamentares, que poderiam vir a validar os direitos trabalhistas. A arrematamento do partido político independente, de acordo com a entidade, estava:

(...) perfeitamente dentro das normas das leis fundadas no mais justo e são dos direitos – o direito de personalidade. Está dentro das leis, porque temos o direito de representação e queremos ter quem o exercite em nosso nome, e é fundada no direito de personalidade, porque, só por meio dela, poderemos fazer com que o operariado compreenda o seu valor e saiba ser cidadão. E, não fazer política quando se é cidadão, diz Eugenio Veron, é falar ao primeiro, ao mais absoluto de seus deveres, por isso que a política representa os interesses mais elevados e mais gerais da sociedade, por que: a política, escreve Thulié, não é um direito, mas um dever. O operariado até hoje, leão insciente de suas forças, ainda não compreendeu o valor de

25 (...) “O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral” (Pinheiro e Hall 1979: 46).

sua ação, como força eleitoral, atuando conjunta, pacífica e ativamente nos pleitos eleitorais; o operário ainda não compreendeu que precisamos tomar parte saliente e direta na administração municipal, estadual e federal, fazendo-se ouvir pelas vozes de seus legítimos representantes.²⁶

Termos representantes, fazermo-nos ouvir, pelas classes dirigente, é iniciar gloriosamente a larga, vasta e escabrosa trilha da nossa emancipação.(...)²⁷

O Congresso Operário Mineiro também tinha por objetivo organizar as classes operárias do Estado, através da criação de uma confederação que reunisse as entidades classistas da capital: o Centro Confederativo dos operários de Minas Gerais, cuja sede seria na cidade de Belo Horizonte.

Entre as associações filiadas ao Centro estavam: da capital, a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, o Centro Operário, a Liga de Resistência Operária e a Associação Beneficente Tipográfica; da cidade de Sabará, o Club Operário Sabarense; de Maria Custódia, o Grupo de Lavradores; de Nova Lima e Honório Bicalho, o Grupo de Obreiros; da cidade de Curvelo, a União Operária Beneficente; de Diamantina, a União Operária Beneficente; do município de Montes Claros, a Liga Operária; de Ouro Preto, a Sociedade Beneficente Operária; do distrito de Passagem de Mariana, a União Operária Beneficente; e por fim da cidade de Barbacena, a Agremiação Socialista.²⁸

Durante o Congresso Operário Mineiro, foi redigida ainda uma resolução na qual estavam expostos os princípios de luta do Centro Confederativo e propostas que visavam melhores condições de trabalho aos operários do Estado. Entre os itens conclusivos constava o de fundar uma “imprensa livre” para “preparar o operariado do Estado para a luta profícua pelos seus direitos”. O jornal, porta voz do Centro ficou conhecido como o *Confederal*²⁹.

O periódico teve o primeiro número lançado em 02 de maio de 1907, iniciando a publicação no dia 1º do mês seguinte (01/06/1907), e sua última edição finalizou em 07 de agosto de 1907. O principal redator foi o advogado Alcides Batista Ferreira, que também havia sido um dos sócios fundadores da Associação Beneficente Tipográfica, fez parte ainda do Centro Operário de Minas Gerais e no ano de 1906 havia fundado a Confederação Auxiliadora dos Operários de Minas Gerais, que por já existir uma entidade com o mesmo nome (sobre a presidência de José Modestino Leão) mudou sua titularidade para Liga de Resistência Operária, no ano de 1907.

²⁶ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²⁷ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²⁸ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

²⁹ O *Confederal*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

O Centro Confederativo tinha por orientação o reformismo e lutava por dois principais pontos. O primeiro seria a instrução dos trabalhadores, por meio de propostas a serem encaminhadas para o governo sobre a necessidade de fundação de escolas noturnas nos centros fabris e industriais, de escolas profissionais e de belas-artistas, além da concessão de auxílios às escolas fundadas pelas associações³⁰.

O segundo ponto seria a participação dos trabalhadores nos sistemas parlamentares, através da eleição de representantes nas esferas do poder, sejam elas municipais, estaduais e/ou federais, para a defesa dos direitos trabalhistas. Para tanto, caberia às associações, que faziam parte do Centro Confederativo, apoiar e concorrer às eleições através do Partido Operário Mineiro Independente, que deveria ser criado.³¹

De imediato, o Centro Confederativo apoiaria o Partido Operário Independente de Juiz de Fora, como meio de fazer representar-se nas assembleias públicas em prol das questões classistas que fossem benéficas para os trabalhadores em geral, até que o partido único fosse criado.

É importante salientar que os partidos operários brasileiros, do período da Primeira República, por mais que se multiplicassem (entre os anos de 1890 a 1920 foram criados, em torno, de vinte partidos de cunho social, em todo o território nacional) não permaneciam muito tempo em atividade. De acordo com Francisco Iglésia (1993: 14), ao serem criados viviam meses, no máximo entre um a dois anos, e logo desapareciam. Os mesmos representariam mais desejos utópicos, ou uma simples influência do que estava acontecendo na Europa, do que a realidade vivida dentro do contexto nacional. Assim, por não terem muito haver com o “real” vivido, não conseguiriam ter adeptos que se interessassem em se filiar aos mesmos.

Cláudio Batalha também nos traz uma ideia de como podemos entender ou identificar os partidos operários nacionais, criados no contexto da República Velha:

“Por partidos operários devem ser entendidos tanto as múltiplas organizações socialistas que surgem e desaparecem durante toda a Primeira República, quase sempre em função de alguma disputa eleitoral, como o conjunto dos socialistas que se situam no terreno da luta política. É até plausível que a própria instabilidade e vida curta das organizações criadas contribuíssem para que a designação de “partido operário” seja empregada frequentemente para um campo político ao invés de remeter a uma organização específica; mesmo na França de fins de século XIX, o termo “partido operário designava o conjunto das correntes socialistas divididas em várias organizações e grupos” (Batalha 1995:15-17).

³⁰ *O Confederado*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

³¹ *O Confederado*, Belo Horizonte: 02/05/1907.

A ideia da formação de um Partido Operário Mineiro se fazia presente no Centro Confederativo porque os líderes da associação acreditavam que a luta operária deveria acontecer de forma legalista, buscando apoio no poder público, e acreditavam que:

(...) do Estado dependem: a diminuição e fixação das horas do trabalho; a regulamentação do salário; a criação das corporações de arte e ofícios; o estabelecimento de caixas de socorro para os inválidos, viúvas e órfãos de operários; a educação física, moral e intelectual dos filhos de operários; a fundação de sociedades cooperativas de produção e de consumo, auxiliadas pelo Estado; o imposto progressivo sobre a herança e a renda; um imposto mais pesado e quase proibitivos sobre o luxo; a supressão do trabalho das crianças e mulheres casadas, que sem a intervenção do Estado dificilmente se realizaria.³²

Com o apoio do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais o Partido Operário Independente de Juiz de Fora lançou, no ano de 1907, como candidato a deputado federal Francisco Bernardino. O candidato teria servido também de intermediário entre o Centro Confederativo e o Congresso Nacional, encaminhando uma petição, ao parlamento – formulada pelo Centro Confederativo e embasada no que ficou deliberado no 1º Congresso Operário Mineiro –, exigindo medidas em benefício dos trabalhadores em geral.³³

Entre as medidas constavam a fundação de escolas noturnas nas associações fabris e agrícolas, a proibição do trabalho infantil e de mulheres em minas ou mesmo em oficinas e fábricas, criação de uma lei indenizatória aos operários inválidos por acidentes de trabalho e por fim, uma lei que regulasse a jornada de trabalho para oito horas diárias³⁴.

Do que estava na pauta da petição, apenas a jornada de trabalho, para oito horas e a criação de uma lei indenizatória para acidentes de trabalho, foram atendidas. Mesmo assim, somente nos anos de 1912 e 1919 respectivamente, e sob a ação de outras manifestações. Em maio 1912, após a agitação grevista, ocorrida na capital, conseguiu-se chegar a um acordo quanto à diminuição das horas trabalhadas (de nove para oito horas); e em março de 1919 entrava em vigor o decreto número 3.724 de 15 de janeiro regularizando as indenizações no que se refere aos acidentes de trabalho.

Assim, a proposta do Centro Confederativo (e das demais associações descritas) de organizar os operários mineiros, propondo a participação dos mesmos

³² *O Confederado*, Belo Horizonte: 15/07/1907.

³³ *O Confederado*, Belo Horizonte: 04/06/1907.

³⁴ *O Confederado*, Belo Horizonte: 01/07/1907.

na arena político-partidária, com o intuito de alcançar reformas que melhorassem a situação de trabalho e a vida dos proletários, e a instrução dos trabalhadores através da fundação de escolas profissionais, vem de encontro com os escritos da Ostrom e Ahn (2003: 167) de que as redes de compromissos sociais, tais como associações e partidos baseados nas massas, são uma forma particularmente importante de capital social. Isto porque representa uma interação horizontal intensa, podendo ser fundamental para compreender e promover maneiras mais efetivas para solucionar o problema da ação coletiva.

No ano de 1912 o Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais mudou sua denominação para Confederação Operária Mineira, participando, no mesmo ano, do IV Congresso Operário Nacional. O Centro continuou atuando até a década de 1920, sendo que em 1921 contava com 500 (quinhentos) membros filiados ao Centro.

Na mesma década, surgiu na cidade de Belo Horizonte outra entidade que pressupunha a participação conjunta de diferentes categorias profissionais, em torno de um sindicato: a Confederação Católica do Trabalho. No que se refere à formação dos sindicatos, de acordo com Eliana Dutra, seria entre os anos de 1916 a 1920 que surgiria o maior número de sindicatos no Estado mineiro, podendo ser identificados como:

(...) categorias, em sua maioria, profissionalmente indiferenciados, ou seja, abrangiam trabalhadores de todos os ofícios e não necessariamente do mesmo ofício, trabalhando no mesmo local e no mesmo ramo. No caso mineiro, abrangiam trabalhadores de ofícios vários cuja característica comum, além de serem assalariados, era viverem na mesma localidade (...). Em menor número, surgiram também os sindicatos profissionalmente diferenciados, formados por trabalhadores de acordo com a ocupação e ofício (Dutra 1988: 73).

Contudo, o termo somente seria mencionado em Belo Horizonte no ano de 1920, por meio da Confederação Católica do Trabalho, através do periódico da Confederação, *O Operário*:

Urge que cada sindicato trabalhe ativamente na defesa econômica dos trabalhadores. O primeiro passo a dar é a fixação do mínimo salário para cada ofício. (...) Quando um sindicato houver organizado a sua tabela deverá transmiti-la à diretoria da Confederação e esta notificará aos patrões com o prazo de 15 dias para resposta, (...) recusando os patrões a executar a tabela, a diretoria os convidará para escolherem uma comissão de 3 membros; estes com 3 membros escolhidos pela Confederação, sendo 2 dentro do sindicato, estudando o assunto em comum e o resultado deste estudo será submetido a deliberação de um juiz, que será de preferência do Sr. Presidente do Estado ou quem este nomear. A resolução do juiz é obrigatória para

patrões e empregados. Este é o caminho para evitar greve e violências.³⁵

Mesmo sendo caracterizada como uma confederação, a Confederação Católica do Trabalho, não tinha filiados fora do Estado de Minas Gerais, sendo que a maioria das entidades ligadas à associação se concentrava em Belo Horizonte (Amaral 2007: 50). De forma geral, podemos conceituá-la como uma “espécie de central de sindicatos católicos”, ou seja, uma associação intersindical fundada com o objetivo de buscar soluções favoráveis aos conflitos trabalhistas, embasada na educação moral e religiosa (Batalha 2000: 28). Neste caso, a Confederação Católica do Trabalho, considerada enquanto uma associação institucional, tinha como finalidade proporcionar os trabalhadores, filiados a ela, em uma situação melhor, propondo (assim como as demais associações descritas) resolver o problema da ação coletiva.

Entre os sindicatos filiados à Confederação Católica do Trabalho, no ano de 1925, existiam 18 entidades, sendo elas: Sindicato dos Carpinteiros, Sindicato dos Marceneiros, Sindicato dos Barbeiros, Sindicato dos Pintores, Sindicato Misto, Sindicato dos Ferroviários, Sindicato dos Condutores e Motorneiros, Sindicato dos Bombeiros, Sindicato dos Mecânicos e Eletricistas, Sindicato dos Empregados em Fábrica de Tecidos, Sindicato das Guardas e demais Empregados da Central, Sindicato dos Pedreiros, Sindicato dos Empregados dos Correios, Sindicato dos Carroceiros, Sindicato dos Padeiros Sindicato dos Retalhistas e mais Empregados em Açougue, Sindicato das Empregadas Domésticas e Sindicato dos Alfaiates.³⁶ Ainda no ano de 1925 a Confederação possuía 890 sócios e em fins de 1929, esse número chegou a 1.000.

A Confederação Católica do Trabalho foi um marco no movimento sindical em Belo Horizonte, impulsionando a formação dos sindicatos e estipulando:

(...) regras e fixou pontos a serem observados quando da constituição de sindicatos, tendo desenvolvido intensa campanha entre os operários no sentido de estas se organizarem em associações futuras, componentes seguros da Confederação. Desse modo, a Igreja, através da Confederação Católica do Trabalho, surge como agente organizador da classe operária de Belo Horizonte. As condições estruturais da indústria e da economia belorizontina, tais como o parque industrial incipiente, posição minoritária dos operários dentro do total da população, a força do estado e da prefeitura como empregadores e, particularmente, a utilização intensiva de capital pelas indústrias existentes, foram condições necessárias para a sua atuação (Dutra 1988: 160-161).

³⁵ *O operário*, Belo Horizonte: 10/07/1920.

³⁶ *O operário*, Belo Horizonte: 10/05/1925.

Além dos sindicatos profissionais e mistos, a Confederação também contava com a adesão de outras associações operárias existentes na capital mineira, no que se refere à união para que juntas assinassem petições e requerimentos, para serem encaminhadas ao Conselho Deliberativo do Estado e à prefeitura. Entre as associações estavam a Associação Beneficente Tipográfica, a União dos operários em calçados, o Centro dos *Chauffeurs*, a Liga Operária Mineira e a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais.

A Confederação Católica do Trabalho era “típica representante do sindicalismo cristão”, e tinha por objetivos principais divulgar a educação católica ao operário e organizar um sindicato, inspirado na Encíclica Papal *Rerum Novarum*, criada no ano de 1891 pelo Papa Leão XIII. A encíclica procurava mostrar o caráter estadista proposto pela Igreja, que era contra as ideias liberais e a ausência de uma política social mais humana para os trabalhadores. Ela aponta para uma prática de ação católica que pudesse regenerar a sociedade civil.³⁷

De acordo com a *Rerum Novarum*, caberia aos sindicatos o “aperfeiçoamento moral, espiritual e religioso” dos seus sócios, além de ser ele o responsável pela luta junto ao Estado no que se refere a melhoria das condições do trabalho, reivindicando a implantação de uma legislação trabalhista e melhores salários. Porém, mesmo condenando o capitalismo moderno, a Encíclica era clara ao pregar a harmonia e o fim dos conflitos entre empregados e patrões, o respeito à ordem, ao poder instituído e a propriedade privada.

Assim como as demais associações analisadas, a Confederação Católica do Trabalho também tinha um periódico que publicava os ideais, manifestos e ações empreendidas pela Confederação: *O Operário*. De acordo com Joaquim Nabuco Linhares, este seria o terceiro e último jornal com este nome publicado na capital. O primeiro número foi lançado em 19 de junho de 1920 e o último em 20 de setembro de 1925. O jornal teve publicação quinzenal até o número 16 (dezesesseis) e semanal (as quintas-feiras) a partir do número 17 (dezesete) de 03 de março de 1921. A partir 10 de março de 1924 o periódico passou a ser publicado três vezes por mês, nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e 30 (trinta). E a partir de 1938 *O Operário* teve como seu continuador o periódico *Vida Nova* (Linhares 1995: 201-202).

No primeiro número o jornal publicou os princípios que norteavam o programa de ação da Confederação, que eram os de:

- a) tornar conhecida e forte a Confederação Católica do Trabalho;
- b) defender os legítimos interesses e os direitos dos trabalhadores, como indivíduos e como classe;
- c) pleitear a vitória das reivindicações operárias baseadas na justiça;
- d) promover

³⁷ Leão XIII, Papa. Encíclica *Rerum Novarum*. 1978: 36.

a defesa dos trabalhadores sindicalizados quando forem perseguidos ou processados, desde que não seja por falta infame; e) promover a educação profissional, moral e cívica dos trabalhadores; f) promover a fundação de confederações idênticas em todas as localidades mineiras onde isso seja possível e fazendo de todas uma única confederação no Estado; g) fidelidade do homem para com Deus, como indivíduo, como família, como sociedade; h) toda a ação operária não deve excluir Cristo e a Igreja; i) toda ação operária tem de desenvolver-se em harmonia com todas as classes sociais, que a solução da questão operária não é incompatível com os direitos e legítimos interesses de qualquer classe, mesmo das chamadas classes capitalistas; toda ação operária tem de desenvolver-se dentro do respeito ao princípio de autoridade, sem violência, sem atentar contra a ordem social e política.³⁸

Por meio do envio de petições aos poderes públicos, de fiscalização e/ou denúncia de empresas que não cumpriam os acordos trabalhistas (denúncias estas realizadas através do periódico *O Operário*) e através da mediação, quando possível, nas soluções para os conflitos entre patrões e empregados, a Confederação Católica do Trabalho buscava fazer valer os direitos trabalhistas, em forma de reivindicações que, em geral, aconteciam através dos meios legais ou em artigos publicados no jornal.

Os três documentos mais importantes elaborados pela Confederação e encaminhados ao poder público foram: um ofício ao presidente do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte e às Câmaras Municipais de Palmira e Juiz de Fora pedindo-lhes medidas para solucionar o problema das habitações populares, principalmente nos centros industriais; um ofício ao então governador do Estado, Antônio Carlos, pedindo providências no sentido de serem criados carros de segunda classe, por preços populares, para serem rebocados pelos bondes comuns com o intuito de beneficiar os trabalhadores operários, e por último, um ofício ao presidente Getúlio Vargas em novembro de 1931 em que a Confederação se posiciona contrariamente à dispensa de 1002 (mil e dois) trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Em meio as principais demandas exigidas pela Confederação encontraremos as reivindicações relacionadas a diminuição da jornada de trabalho (para oito horas), para todos os setores trabalhistas, a conquista de habitações populares e o descanso dominical.

Ao ser mediadora das negociações trabalhistas, a Confederação Católica do Trabalho construía uma forma de ação que considerava ser o caminho para se evitar greves e violências. Tal procedimento é perceptível por meio dos ofícios citados acima, e no que se refere à tentativa de regularização do salário mínimo fixo por

³⁸ *O operário*, Belo Horizonte: 19/06/1920.

categoria, que de acordo com Deivison Amaral:

Para o encaminhamento das reivindicações salariais, a Confederação Católica do Trabalho instituiu um procedimento que acarretaria na definição de um salário mínimo justo por categoria. Para tanto, os sindicatos deveriam organizar uma tabela dos salários e encaminhá-las à diretoria da Confederação Católica do Trabalho, que, por sua vez, a encaminharia aos empregadores, fixando prazo de quinze dias para uma resposta. Ambas as partes teriam que aprovar as tabelas. Uma vez estabelecido o valor do salário mínimo por ofício, a confederação fixava o prazo de trinta dias para sua implementação. Se a tabela não fosse cumprida, a entidade instituiria uma comissão para discutir a questão e, posteriormente, submeteria os argumentos ao arbítrio do presidente do estado ou de alguém por ele indicado. Patrões e empregados deveriam obrigatoriamente aceitar a decisão do presidente do estado (Amaral 2007:92).

Percebemos que o meio de agir em favor da classe obreira da capital, fazia com que a Confederação Católica do Trabalho (assim como as outras associações analisadas) garantisse a harmonia social tão preconizada pelo governo belorizontino, concretizando assim a “ordem e o progresso”, almejados pelos construtores da cidade capital. Para exemplificar, Belo Horizonte teve apenas 03 (três) movimentos grevistas no período de 1917 a 1930 (contexto de atuação da Confederação Católica do Trabalho), sendo elas, a greve de 1919 dos trabalhadores do ramal da Estrada de Ferro; a de 1926 dos Barbeiros e a manifestação de 1922 dos *Chauffeurs* (Dutra 1988: 128).

A partir da década de 1930 a Confederação teria sua influência reduzida, isto porque novas associações, de caráter religioso (principalmente católicas), surgiram dentro dos meios trabalhistas. Os *Círculos Operários* e a *Juventude Católica (JOC)* seriam algumas entidades que iniciariam uma nova etapa no sindicalismo cristão.

É bom lembrar que a anuência do Estado, no contexto da década de 1920, foi um fator importante para que a Confederação Católica do Trabalho conseguisse agir com competência e dentro dos meios legais para exigir os direitos da classe trabalhadora.

Nas décadas de 1920 e de 1930, de acordo com Boris Fausto, a questão social tornou-se foco de discussões entre o Estado e a sociedade civil em geral. A preocupação do governo com problema social teria se corporificado através do padrão repressivo³⁹, do aperfeiçoamento legislativo e da ampliação de medidas legais (Fausto 1983: 159).

39 Lei Adolfo Gordo, ou Lei de Expulsão de Estrangeiros (Decreto nº 4.247 de 6.1.1921) o projeto aprovado considerava o anarquismo crime e permitia legalmente à deportação de estrangeiros envolvidos em associações e “distúrbios” que fossem considerados prejudiciais a “ordem pública”. As associações operárias passaram a ser invadidas por policiais; comícios anarquistas foram proibidos e agentes policiais começaram a encontrar bombas espalhadas no centro da cidade do Rio de Janeiro e a atribuí-las a atos anarquistas (Gomes 2005: 68).

Dentro deste contexto houve um “amadurecimento” do conjunto de alianças que reuniu polícia, patrões, elite política e intelectual e a Igreja. Houve também a concorrência com associações profissionais, patrocinada pelos empresários e governo. Segundo Kazumi Munakata (1981: 22), os sindicatos passaram a manter serviços regulares de beneficência com a participação do Estado. Eram prestados serviços médicos, auxílios farmacêuticos e pensão para os inválidos (a modelo das mútuais); e em 1919 alguns empregadores privados anunciavam a concessão “espontânea” da jornada de trabalho para oito horas.

Os líderes governistas também já vinham fazendo uma mudança no discurso, reconhecendo que era preciso “aperfeiçoar” a legislação social de forma a harmonizar os interesses do capital e do trabalho (Maram 1979: 139). A intervenção estatal passou a ser solicitada com mais ênfase, ou seja, as reivindicações como a diminuição da jornada de trabalho de oito horas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, entre outras, apontam para a elaboração de leis sobre o assunto.

De acordo com Prates, neste cenário o movimento sindical

(...) passou a pautar suas ações por um lógica de tipo “calculista instrumental” onde, procurou participar diretamente na arena institucional da formulação de políticas públicas e a se despolitizar no sentido de desvincular-se de um projeto político ideológico de classe (Prates 1986:09).

Portanto, no contexto das décadas de 1920 e 1930, os operários belorizontinos (assim como a massa de trabalhadores do restante do país) passaram a ser influenciados por uma tendência que visava incorporar a classe proletária aos meios institucionais oficiais. Tendo o Estado uma participação ainda maior na formulação legal dos direitos e deveres do operariado estabelecendo, inclusive, suas formas de organização.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se constituiu em uma tentativa de compreendermos a atuação de algumas associações classistas, que surgiram na capital mineira, no decorrer de seu processo de construção, tendo por base uma abordagem institucional. O objetivo foi o de tentar pensar as associações trabalhistas enquanto organizações institucionais, que na medida em que conseguiam assegurar um consenso nos ideais de seus membros, concretizavam valores básicos que davam suporte a estes centros de lutar em busca de melhores condições de trabalho e vida para os proletários à elas associados. Neste sentido, tais organizações poderiam ser consideradas como as principais articuladoras de demandas e interesses da classe

trabalhadora, tentando solucionar o problema da ação coletiva.

Para atingir o objetivo pretendido, realizou-se um estudo qualitativo do material produzido por algumas associações trabalhistas específicas: *Associação Beneficente Tipográfica*, *Liga Operária*, da *Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais*, do *Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais*, da *Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais* e da *Confederação Católica do Trabalho*.

A apreciação do discurso partiu do princípio que as entidades possuíam em comum características de sociedades mutuais, que tinham por objetivo a cobrança de mensalidades de seus sócios a fim de propiciar aos membros auxílios, como os relacionados à doença, invalidez, funeral, desemprego e principalmente por zelar pelos interesses classistas. Além de agir em prol dos direitos trabalhistas, empenhando ações de cunho político – sindical, cujas práticas e ações visavam defender os interesses trabalhistas e conquistar os direitos dos operários belorizontinos em geral, através de atuações político/partidárias (tentativa de fundar partidos operários ou mesmo lançando candidatos próprios - ou personalidades políticas que fossem comprometidas com o interesse dos trabalhadores em geral - às eleições parlamentares) e da formação de sindicatos.

As associações procuravam concretizar os métodos de ações através de questionamentos perante o poder público que se caracterizava pelo envio frequente de petições ao congresso (tanto municipal quanto estadual) ou mesmo no apelo visionado nos noticiários de imprensa.

A partir dessas considerações, este estudo buscou examinar a união dos operários belorizontinos em associações trabalhistas (fundada no início do século XX) que tinham por características arranjos institucionais, cujos métodos giravam em torno da resolução dos problemas relacionados aos interesses comuns, neste caso, a busca por melhores condições de trabalho e vida para os proletários da cidade de Belo Horizonte.

APM [Arquivo Público Mineiro], Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à câmara dos Deputados Estaduais sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista: Dossiê: Donato Donati, 22/11/1918

Estatutos da Associação Beneficente Tipográfica. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1900.

MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Associações: 1898-1946. Inventário Geral do

Arquivo privado Abílio Barreto.

MhAb [Museu Histórico Abílio Barreto], Coleção ordem dos pioneiros: curral d'El Rey: 12/12/1964.

MhAB [Museu Histórico Abílio Barreto], Livro Gráfico Mineiro: edição comemorativa do trigésimo aniversário da Associação Beneficente Tipográfica (1900-1930) - Inventário Geral do Arquivo privado Abílio Barreto.

Minas Gerais. Ouro Preto, 28 out. 1891. In: Imprensa Oficial, 1927 (edição especial).

Minas Gerais. Ouro Preto, 17 dez. 1893. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais Belo Horizonte, 16 de jul. de 1900, In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais, Belo Horizonte 15 out. 1910. In: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte: 02 mai.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 04 jun.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: 01 jul.1907. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Confederal, Órgão do Centro Confederativo dos Operários do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jul. 1907 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Belo Horizonte: 11 fev.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 07 jul.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 09 jul. 1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 18 jul.1905. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte 02 ago. 1905 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Labor, Órgão da Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte Belo Horizonte: 31 mar.1906. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 19 jun. 1920. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 jul. 1920 In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Confederação Católica do Trabalho, Belo Horizonte, 10 mai. 1925. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Liga Operária, Belo Horizonte, 29 jul. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O OPERÁRIO, órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, 19 ago. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

O Operário, órgão da Liga Operária, Belo Horizonte, 02 set. 1900. In: Coleção Linhares. Acervo da Biblioteca Central da UFMG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Deivison Gonçalves. 2007. *Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MINAS), Belo Horizonte.
- BATALHA, Cláudio H. M. 2000. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.
- _____. 1995. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. v.2: 11-44.
- _____. 2010. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”. *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro: 12-22 Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/revista.htm>> acesso em 15/04/2011.
- DUTRA, Eliana de Freitas. 1988. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República*. São Paulo. HUCITEC.
- ELSTER, Jon. 1994. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará. Parte Três: Instituições sociais: 174-186.
- FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. 1892. “A classe operária de Belo Horizonte: 1897-1929”. SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS: a República Velha em Minas. Belo Horizonte. V Seminário de estudos mineiros: a República Velha em Minas. Belo Horizonte: UFMG/PROED: 165-199.
- FAUSTO, Boris. 1983. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3ªed. São Paulo. Difel.
- GOMES, Ângela de Castro. 2005. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. Primeira parte: A hora e a vez dos trabalhadores.
- IGLÉSIAS, Francisco. 1993. *Trajatória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo. Cia das Letras. Parte IV: República: 1889-1964: 193-295.
- JESUS, Ronaldo Pereira. 2009. *Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte*. Belo Horizonte. Argvmentvm.
- _____; VISCARDI, Cláudia M. R. 2007. “A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: Ferreira, Jorge; Reis Filho,

- Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*, volume I. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 21-52.
- _____; LACERDA, David P. 2010. “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial”. *Revista Mundos do Trabalho*. vol. 2, n. 4, agosto-dezembro: 126-142. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/revista.htm> > acesso em 15/04/2011.
- Leão XIII, Papa. 1978. *Encíclica Rerum Novarum*. Petrópolis. Vozes
- LINHARES, Joaquim Nabuco. 1995. *Itinerários da imprensa de Belo Horizonte, 1895/1954; estudo crítico e nota biográfica de Maria Céres Pimenta S. Castro*. Ed: UFMG. Belo Horizonte.
- MARAM, Sheldon L. 1979. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro: 1880-1920*. Rio de Janeiro; São Paulo. Paz e terra. v.6.
- MUNAKATA, Kazumi. 1981. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo. Brasiliense.
- NOGUEIRA, Vera Lúcia. 2009. *A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte.
- NORTH, D. C. 1991. “Institutions”. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, Winter, p. 97-112.
- OLIVEIRA, Éder Aguiar Mendes de. 2004. *A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX*. 93f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Centro de Pós Graduação, Pedro Leopoldo.
- OSTROM, Elinor; AHN, T.K. 2003. “Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales y acción colectiva”. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 65, n.1: 155-233.
- PINHEIRO, Paulo Sergio de M. S.; HALL, Michael M. 1979. *A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)*. São Paulo. *Alfa Omega*, v.6.
- PRATES, Antônio Augusto Pereira. “Sindicato: organização e interesses na sociedade capitalista avançada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1986. Vol. 1, n. 2: 1-17.
- THOMPSON, Edward Palmer. 1989. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.